

Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias*

Lígia Maria Leite Pereira**

NOS ÚLTIMOS ANOS, TEM-SE ASSISTIDO a renovado interesse pelas trajetórias individuais em suas várias modalidades, no campo das ciências humanas e da literatura, no cenário nacional e internacional. O retorno do sujeito, após longo domínio de uma concepção de História que, movida por incontornáveis forças estruturais, se fazia a despeito dos homens, constituiu a motivação deste texto.

O gênero biográfico surgiu no século XVIII, propiciado pela expansão e afirmação dos direitos individuais, que o ideário da Revolução Francesa tão bem expressou. As *Confissões* de Rousseau, escritas entre 1764 e 1770, são um bom exemplo.

O escrito autobiográfico, nos lembra Contardo Calligaris, pressupõe uma cultura em que o indivíduo se coloque acima da comunidade a que pertence, e conceba sua vida como uma aventura a ser inventada, e não como um destino pré-determinado a ser cumprido. Além disso, se é certo que sempre se escreveram histórias de vida, a idéia de que a vida é uma história surgiu com a era moderna (Calligaris, 1998).

A retomada desta tradição da literatura, da história e da política não se deu em um único movimento. O gênero biográfico se fez acompanhar da revalorização da História Oral, como fonte/método/técnica de pesquisa, bem como dos arquivos pessoais – autobiografias e toda sorte de documentos pessoais, como diários, memórias, correspondências etc –, como preciosa fonte histórica.

Biografias, histórias de vida, autobiografias. Três gêneros distintos que em comum têm o fato de serem baseados na seqüência de vida individual, a seqüência biográfica. Lugar privilegiado de encontro entre diferentes disciplinas,

* Este texto foi apresentado na Mesa-redonda “História Oral e as tramas da subjetividade” realizada no III Encontro Regional Sudeste de História Oral, Mariana, 12 a 14 de maio de 1999.

** Programa de História Oral do Centro de Estudos Mineiros da FAFICH/UFMG (coordenadora).

constituem importante fonte de conhecimento histórico. Apresentam, todavia, distinções quanto à forma com que a trajetória de vida é elaborada e apresentada.

Para efeitos dos comentários que se seguem, algumas definições se impõem. Uma autobiografia consiste na narrativa da própria existência e, como salienta Maria Isaura Pereira de Queiroz (1988), nela foi o próprio narrador quem se dispôs a narrar sua vida, deu a ela o encaminhamento que melhor lhe pareceu e deteve o controle sobre os meios de registro.

A história de vida, por sua vez, é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. É um trabalho coletivo de um narrador-sujeito e de um intérprete.

Já a biografia se define como a história de um indivíduo redigida por outro. Existe, aqui, a dupla intermediação que a aproxima da história de vida, consubstanciada na presença do pesquisador e no relato escrito que se segue. Yves Chevalier (1979) acrescenta que, enquanto na autobiografia o trabalho de edição é feito pelo próprio narrador, que seleciona e constrói seu texto, na história de vida, para preparar a publicação do texto biográfico, o investigador tem de realizar três operações sucessivas: o recorte do texto, a montagem e a tradução (passagem da linguagem oral para a escrita).

As diferenças e semelhanças entre os gêneros são mais ou menos óbvias e parecem não representar maiores problemas. Todavia, julgamos que possa ser de utilidade determo-nos sobre algumas das especificidades que cada um encerra, com o intuito de explorar suas vantagens e dificuldades.

Embora tudo leve a crer que as histórias de vida constituam o gênero mais promissor, do ponto de vista do conhecimento histórico e social, é importante frisar que não se trata de apontar um gênero como melhor do que outro, mesmo porque nem sempre podemos escolher. Quando se trata de reconstituir a trajetória de alguém já falecido, temos de nos contentar com a documentação escrita e os depoentes que se encontram disponíveis, sem falar que nem sempre temos a sorte de nos depararmos com ricos arquivos pessoais. Há que se observar, inicialmente, que, se esta nova tendência nos coloca diante de uma grande variedade e riqueza de produção, vem marcada por grandes divergências de métodos e concepções.

No caso das histórias de vida, por exemplo, alguns autores distinguem entre o relato centrado na pessoa, no eu, e a entrevista centrada no contexto, no evento. Queiroz (1988) utiliza a denominação de biografia para o primeiro caso, e história de vida para o segundo. Poirier, Clapier-Valladon e Raybaut (1993) distinguem entre a psicobiografia – o indivíduo narra sua visão pessoal dos acontecimentos – e a etnobiografia, onde a pessoa é considerada como o espelho de seu tempo, de seu ambiente.

Este constitui apenas um dos muitos dilemas com que se defronta o pesquisador que decide trabalhar com histórias de vida. Para se ter uma idéia, seguem-se

alguns deles: até que ponto deve-se conceber o relato de vida considerando toda a trajetória existencial ou especificar o tema ou uma seqüência da existência? Deve-se dar total liberdade de expressão ao narrador e preservar a espontaneidade do discurso, ou o pesquisador deve conduzir a narrativa? Deve-se reproduzir integralmente os discursos recolhidos, não descartando nada do documento bruto, ou deve-se reconstruir para tornar o discurso legível e inteligível?

Com relação à última das questões, a posição de Queiroz (1988, p. 24-5) é clara:

“Justamente porque se trata de um indivíduo considerado em sua integralidade, a biografia não pode ser decomposta em elementos ou utilizada em fragmentos, sob pena de se perder completamente o sentido de que se procurava. (...) Esta exigência não tem razão de ser quando se trata de um estudo sociológico ou antropológico. Neste caso, o aproveitamento da biografia ou da autobiografia se faz no sentido de buscar como estão ali operando as relações do indivíduo com seu grupo, com sua sociedade. (...) O recorte do material não somente se torna viável, agora, como até mesmo imperioso, pois são facetas do mesmo que serão utilizadas.”

Outra posição é defendida por Rosenthal (1996, p. 194), para quem nossa atitude como pesquisadores costuma ser destrutiva desde o começo da coleta de dados, quando sabemos ao certo o que o biografado deve narrar e o que é importante para nossa pesquisa, e quando fazemos as perguntas adequadas a nossos propósitos:

“Por meio dessas perguntas, estabelecemos a estrutura ou *gestalt* de sua apresentação, afastando assim a possibilidade de obter a história de vida segundo sua própria *gestalt*. Além disso, ao fazermos uma análise, desarticulamos, em sua maior parte, a coesão de sua apresentação, cortando o texto inteiro em pedaços e segmentos e registrando-os sob códigos e categorias pré-formuladas”.

Sustentando que a ordem de uma história de vida tem a qualidade de *gestalt*, afirma a autora (Rosenthal, 1996, p. 199): “é rigorosamente proibido separar de seu contexto parte de histórias de vida ou – o que é pior – fazer certas perguntas durante a entrevista, impedindo assim a produção de uma *gestalt* biográfica por parte do narrador”. Não sendo o conjunto somente a soma das partes, sua ordenação e significação funcional são decisivas. Assim deve-se considerar cada parte segundo sua significação funcional para a história de vida completa.

Neste ponto, podemos argumentar: se a história de vida – o relato da trajetória de vida obtido na relação de entrevista – impede a produção de uma *gestalt* própria por parte do narrador, o que é uma desvantagem em relação à autobiografia, vista de outro ângulo, a intervenção do pesquisador constitui, justamente, uma vantagem: por ser calcada no diálogo, a história de vida permite explorar melhor certos elementos que, em geral, são lacunares nos textos autobiográficos e biografias:

aspectos da intimidade, processos de tomada de decisões, vida cotidiana, etc.. Além disto, permite maior controle sobre as informações e, portanto, uma maior confiabilidade do relato. Conduzindo a conversação, o investigador estimula o entrevistado a lembrar-se, ao passo que, quando recebe uma autobiografia ou qualquer outro documento pessoal, deve aceitar as experiências e eventos descritos como autênticos, a menos que contradigam frontalmente fontes históricas já aceitas. Um entrevistador que está compilando uma história de vida pode voltar diversas vezes ao tema, colocando questões de controle, ou ajudar o sujeito a se lembrar de fatos e eventos.

Mas o certo é que, em se tratando de histórias de vida, é preciso estar consciente de que, como adverte Lejeune (1980, p. 224):

“De um discurso oral a um livro publicado a distância é grande. Todo tipo de escolha deve ser feito, e o trabalho efetuado sobre o documento inicial é muito importante. Contrariamente ao que o público (ou os alunos) podem imaginar, não basta gravar e recopiar (...)”

Passando às biografias, também não são poucos os dilemas e obstáculos que se colocam para o pesquisador. Primeiro, é preciso ter em mente que não existe apenas um tipo de biografia. As possibilidades variam desde a situação em que as biografias servem unicamente para ilustrar formas típicas de comportamento – prosopografia, na tipologia proposta por Levi (1996), até os casos em que a narrativa de uma trajetória de vida se faz sem referência ao contexto histórico, como já foi tão usual.

A partir daí, surgem outras dificuldades. Levi afirma que o trabalho de elaboração de biografias costuma encontrar obstáculos de ordem documental muitas vezes intransponíveis. Isto quer dizer que embora toda biografia tenha pretensão à totalidade da vida de um homem, é, necessariamente, lacunar. Dificilmente se encontram informações, por exemplo, atos e pensamentos da vida cotidiana, de dúvidas e incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade do indivíduo e dos momentos contraditórios de sua constituição. As fontes disponíveis costumam nos informar muito mais sobre os resultados do que sobre os processos de tomada de decisões, o que nos leva, muitas vezes, a explicações simplistas e lineares, e à imagem, falsa, naturalmente, de personalidades coerentes e estáveis, e de decisões sem incertezas.

Para Levi, esta constitui uma das contradições do gênero biográfico de que os historiadores têm se mostrado mais conscientes. Lejeune também chama a atenção para este aspecto, assinalando que os textos elaborados pelos biógrafos são muito bem amarrados no nível de seu discurso, mas, em geral, imensamente lacunares no que se refere a informações. “As biografias “romanceadas” ou científicas

(como a maior parte das autobiografias) evitam esse perigo, dissimulando melhor suas insuficiências” (Lejeune, 1980, p. 78). Neste caso, nos parece que a melhor forma de enfrentar o problema é tornar explícitas estas lacunas, ao invés de simplesmente preenchê-las com inferências, deduções e boa dose de imaginação.

Lejeune menciona, ainda, outra contradição própria das biografias e que se situa entre a pretensão à objetividade e a função e conduta reais do biógrafo. Nelas, a defasagem é maior do que nos textos autobiográficos – sempre suspeitos de terem sido orientados por preocupações apologéticas ou narcisistas. O leitor, erroneamente, desconfia menos do biógrafo, pois seu discurso de historiador que fez pesquisas, que cita documentos e diz coisas “tal qual elas se passaram”, assinala Lejeune, tende a mascarar sua inevitável parcialidade e os fundamentos ideológicos de seu projeto. Por que se escreve uma biografia? Provavelmente nunca alguém escreveu sobre a vida de outro homem com o puro objetivo de “conhecimento”. Há que se levar em conta a escolha do modelo e o *parti pris* do trabalho – se é de admiração ou com intenção de denegrir. A apologia ou a destruição do modelo escolhido é uma atividade ideológica que ultrapassa em muito o caso particular estudado: o modelo é situado em relação às normas de vida e ao sistema de valores da sociedade e vai se tornar um exemplo particular de realização do ideal social. Lejeune (1980) acredita que, mais ainda do que a autobiografia (em que um trabalho de modificação deste ideal pode eventualmente ser efetuado), a biografia tem uma função pedagógica de reprodução social.

Segundo Lejeune (1980, p. 252),

“Os relatos autobiográficos, evidentemente, não são escritos somente para ‘transmitir a memória’ (o que se faz pela palavra e pelo exemplo em todas as classes). Eles são o lugar onde se elabora, se reproduz e se transforma uma identidade coletiva, as formas de vida próprias às classes dominantes. Essa identidade se impõe a todos aqueles que pertencem ou que se assimilam a essas classes e rejeitam as outras numa espécie de insignificância.”

Um aspecto sobre o qual a documentação costuma ser lacunar refere-se à relação entre trajetória individual e história social. É Levi quem nos lembra: a relação entre uma trajetória de vida e uma história social é mais complexa do que supõem os modelos lineares e de determinação mecanicista. Longe de simplesmente refletir o social, o indivíduo coloca-se como polo ativo face a esse mesmo social, dele se apropriando, filtrando-o, retraduzindo-o e projetando-o em uma outra dimensão, que é a de sua própria subjetividade. Cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o circunda. E é por isto mesmo que se pode conhecer o social partindo da especificidade irreduzível de uma prática individual. Esta perspectiva diverge daquela em que o contexto social aparece como algo imóvel,

coerente, e que tem a única função de servir de pano de fundo para explicar a biografia, sem consideração pela ação transformadora do indivíduo sobre ele.

Assim é que o mais recente enfoque para a elaboração de biografias, ao mesmo tempo em que busca ressaltar a irredutibilidade do indivíduo, busca recuperar o universo social no qual sua personalidade foi formada – seu campo exterior, já que, não sendo um sujeito isolado, o indivíduo faz parte de diversos grupos, de uma sociedade e de uma cultura precisas.

A biografia individual, em todas as suas modalidades, abre amplas possibilidades para compreender melhor as diferentes mediações entre as evoluções estruturais e as trajetórias individuais, recolocando, em novas bases, antigo dilema das ciências humanas e sociais.

Igualmente neste caso, as histórias de vida podem oferecer maiores possibilidades, pois o pesquisador pode explorar as relações da história individual com o contexto social, permitindo, como nenhuma outra técnica, apreender a influência mediadora dos pais, dos grupos de vizinhança, da escola e de outros grupos primários.

De maneira geral, pode-se afirmar que as histórias de vida apresentam melhores condições de enfrentar o aspecto lacunar próprio das biografias, justamente pela possibilidade de abordar aspectos da vida privada, valendo-se do fato de que os vestígios de que o pesquisador se utiliza não são fixos (Guarinello, 1988, p. 61-5). Sendo a fonte um sujeito vivo, pode ser mais bem explorada e questionada. E é isto que nos sugere Rioux (1983, p. 30): “Nesse vai e vem, a investigação se desenvolve, frutifica, testa suas hipóteses de trabalho, joga com a flexibilidade da ‘fonte’ viva, tenta explorar sob todos os ângulos um arquivo que mistura, nos lembra Joseph Goy, ‘o verdadeiro, o vivido, o aprendido e o imaginário’”.

A ausência de fontes, nos lembra Levi (1996, p. 169), não constitui a única nem a principal dificuldade.

“Em muitos casos, as distorções mais gritantes se devem ao fato de que nós, como historiadores, imaginamos que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade anacrônico e limitado. Seguindo uma tradição biográfica estabelecida e a própria retórica de nossa disciplina, contentamo-nos com modelos que associam uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas.”

Podemos argumentar que o risco de focar as trajetórias de vida segundo o modelo racional, para o qual Pierre Bourdieu (1986) também adverte, não se restringe às biografias, colocando-se para todos os gêneros, porém de modo diferente. Se nas biografias o modelo racional é atribuído pelo pesquisador, nas autobiografias e nas histórias de vida, a questão se coloca pela tendência do próprio sujeito de ordenar e dar racionalidade a seus atos e decisões passadas – dar a suas ações

uma racionalidade *a posteriori*. No primeiro caso, orientado pela presença do(s) interlocutor(es) imaginário(s), para o qual se dirige todo escrito autobiográfico, no segundo, com a participação do pesquisador. Aqui, mais uma vez, é possível pensar que a presença do investigador pode contribuir para minorar este risco, por meio do diálogo e dos questionamentos que ele for capaz de inserir na relação de entrevista.

Quanto aos textos autobiográficos, o fascínio que têm exercido nos pesquisadores reside, em boa parte, na crença na autenticidade de um discurso vindo diretamente do interessado, que reflete, a um só tempo, sua visão de mundo e sua maneira de se exprimir, sua *gestalt*, enfim, como sugere Rosenthal. Esta afirmativa é válida, sem dúvida, mas desde que se observem duas condições: primeiro, a validação e contextualização do documento; segundo, o estabelecimento do interlocutor imaginário ao qual se dirige o escrito autobiográfico. Voltaremos a estes pontos.

Lejeune dedicou-se ao estudo da autobiografia, em suas relações com a biografia, preocupando-se, inicialmente, em defini-la: “Denominamos autobiografia o relato retrospectivo em prosa que alguém faz de sua própria existência, desde que ela coloque o acento principal sobre sua vida individual, em particular sobre a história de sua personalidade” (Lejeune, 1975, p. 14).

Certas condições podem ser preenchidas pela maior parte sem o ser totalmente, adverte o autor. O texto deve ser, sobretudo, um relato, mas sabe-se o lugar que o discurso ocupa na narrativa autobiográfica. A perspectiva deve ser principalmente retrospectiva, mas isto não exclui seções de auto-retrato e outras construções temporais complexas. O tema deve ser principalmente a vida individual, a gênese da personalidade, mas a crônica e a história social ou política podem ocupar algum lugar.

No entanto, para que haja autobiografia, e mais geralmente literatura íntima, é preciso que haja identidade do autor, do narrador e do personagem. Esta identidade se caracteriza pelo emprego da primeira pessoa, mas há casos, raros, de relato na terceira pessoa – significando um imenso orgulho, ou uma forma de humildade (textos religiosos) – e mesmo, não há nada que impeça o emprego da segunda pessoa.

Um dos meios mais seguros para se reconhecer uma autobiografia, na perspectiva de Lejeune, consiste em verificar se o relato da infância ocupa um lugar significativo, ou, de modo mais geral, se o relato coloca ênfase na gênese da personalidade. O desenvolvimento do gênero autobiográfico no final do século XVIII corresponde à descoberta do valor do indivíduo, que se explica por sua história e, em particular, por sua gênese na infância e na adolescência: “Escrever sua autobiografia é tentar captar sua pessoa em sua totalidade, em um movimento recapitulativo de síntese do eu” (Lejeune, 1971, p. 19). As autobiografias, portanto, tentam captar uma vida em sua totalidade e em sua gênese. Está presente, ainda, a declaração de intenções: o pacto autobiográfico é necessário, embora não suficiente.

Os documentos pessoais apresentam algumas distinções entre si, a exemplo das autobiografias e memórias. Trata-se de uma questão de intenção: o autor quis escrever a história de sua pessoa ou a de sua época? Nas memórias, o autor se coloca como testemunho de seu tempo. Se não há como abandonar o ponto de vista individual, o objeto do discurso é algo que ultrapassa em muito o indivíduo, para ser a história dos grupos sociais e históricos aos quais ele pertence ou pertenceu (Lejeune, 1971, p. 15-6).

Se a forma específica da autobiografia é a ausência da intermediação de um pesquisador, seu estudo, porém, não pode desconsiderar a interferência do outro: é importante determinar quem é o interlocutor imaginário ao qual o relato se dirige, e que tipo de relação o narrador estabelece com ele (de sedução ou de desafio). Já na história de vida, esta questão aparece de forma mais clara, já que produzida na interação entre duas pessoas: revela a multiplicidade de instâncias implicadas no trabalho de escrita autobiográfica, colocando em evidência seu caráter indireto e calculado. As entrevistas realizadas com a utilização do gravador, todavia, tendem, com frequência, a provocar forte impressão de autenticidade e espontaneidade do relato, levando, muitas vezes, à dissimulação das mediações que dão sentido ao documento.

Penef (1990, p. 38) chama a atenção para uma dificuldade comum aos três gêneros enfocados, e para a qual é preciso estar atento: a maioria das histórias de vida consiste em verdadeiras apologias. “Há escassez de atos errados ou imorais, de práticas injustas ou violentas, de comportamento fraudulento de quase todo tipo de parte do escritor. A maior parte das histórias de vida tentam falar com uma única voz, sem contradições e sem oponentes. Partes quase inteiras da vida são deixadas de fora, especialmente os episódios dolorosos ou questionáveis que poderiam trazer danos à imagem do narrador”.

Maurice Catani acrescenta que o modelo de história de vida continua a ser, fundamentalmente, o de uma síntese autobiográfica de uma vida exemplar, cujo melhor exemplo nos é dado pelas *Confissões* de Santo Agostinho: “Trata-se, de fato, de uma forma particular da hagiografia, coerente com as expressões materiais e a história de uma cultura. Na Europa e nas Américas uma longa história literária legítima culturalmente as produções que correspondem a essas características. Os autores são ‘notáveis’” (Catani, 1977, p. 2).

Lejeune aponta que há, pelos menos, cinco elementos fundamentais comuns à biografia e à autobiografia dos grandes homens: a lenda familiar; o relato de vocação; o exemplo, a apologia; a pequena história. O autor acredita, entretanto, que as histórias de vida oferecem condições de enfrentar essas questões, de forma a não obtermos uma hagiografia, e sim um retrato com nuances, estabelecido com a colaboração do modelo, e por isso mesmo mais próximo do indivíduo real: com contradições, limites, defeitos e qualidades: “Eis o que a entrevista autobiográfica pode

ter de insubstituível: nos fazer ver ao mesmo tempo um homem tal qual ele se vê a si mesmo, e tal qual alguém o vê”. Em certos casos, a entrevista tem por função “sobretudo, explorar o imaginário do entrevistado, ou colocar em evidência os ângulos mortos de seu campo de visão, e o que ele expõe dele mesmo sem ver” (Lejeune, 1980, p. 198).

Alguns autores têm chamado a atenção para o fato de que as autobiografias e outros tipos de documentos pessoais foram, e de certa forma ainda o são, um privilégio reservado às classes dominantes. Principalmente até o século XIX, autobiografias e biografias ficaram restritas a essas classes, constituindo espaço de elaboração e reprodução de suas formas próprias de vida.

Os indivíduos das camadas populares, em contraposição, praticamente não tinham chance de ter suas vidas contadas por escrito, fosse por eles mesmos, fosse por outra pessoa, e muito menos de vê-las publicadas. Assim, “O discurso sobre sua vida fica contido na memória de seu grupo (a vila, o campo), e raramente ultrapassa esse círculo. Fechado em um mesmo meio, sua vida não tem o tipo de individualidade própria para suscitar interesse, e que é freqüentemente ligada à mobilidade e ao sucesso social. Enquanto forma individual, ela não é portadora, aos olhos dos que são suscetíveis de fabricar e de consumir o impresso, de qualquer valor. (...) O vivido das classes dominadas, de fato, não está entre suas mãos. Como sugere Pierre Bourdieu, ‘as classes dominadas não falam, elas são faladas’. Seu vivido é *estudado* de cima, de um ponto de vista econômico e político, em pesquisas que, naquela época, não passam pelo relato de vida. Ele é *imaginado* no discurso jornalístico e romanesco das classes dominantes, que ele alimenta ao mesmo tempo de sonhos (sobretudo os camponeses) e de pesadelos (sobretudo os operários). A partir do momento em que os meios camponeses e operários têm acesso à prática da escrita (e em particular do relato de vida) eles o farão a partir de imagens deles mesmos já constituídas, que eles encontrarão no seu caminho. (...) Não há, portanto, autobiografia “popular” no século XIX, porque para ela não existia nem público, nem circuito de difusão. (Lejeune, 1980, p. 252-4)

A História Oral, como se sabe, tem desempenhado importante papel, ao dar a palavra e tornar pública a voz daqueles que não têm acesso à escrita: os trabalhadores rurais e urbanos, as camadas populares, em geral, as minorias. “Nós lhe ‘damos a palavra’ – quer dizer que nós a tomamos para fazer dela um escrito”, no dizer de Lejeune (1980, p. 229). Para este autor, inaugurou-se um novo gênero literário e um novo método de investigação em ciências humanas, para o qual “relato de vida” seria o termo mais adequado. Além de permitir distingui-lo da autobiografia e da biografia, tem a vantagem de deixar na indecisão o problema do autor: único ou múltiplo?, constituindo esta, precisamente, uma das peculiaridades do gênero.

Para finalizar, nunca é demais lembrar: em História e em Ciências Sociais, o trabalho deve começar pela crítica e contextualização do documento, seja ele qual for: o depoimento oral, documentos pessoais ou outros documentos escritos. Os arquivos pessoais, por exemplo, são elementos muito úteis para a construção de uma biografia, mas são apenas documentos como outros quaisquer, devendo, portanto, ser contextualizados e validados. Uma vez conhecidas as condições de produção de uma autobiografia e, principalmente, o quadro social de sua constituição, passa-se, então, a analisá-la como expressão da intenção de dar determinada imagem de si a certo público ou a determinada pessoa em particular. Só a partir daí se pode compreender a lógica dada pelo narrador ao desenrolar de fatos individuais, bem como o princípio de sua seleção: as zonas de sombras e de luz, a saliência de certos pontos da existência julgados fortes, e o esquecimento de certos outros considerados pouco lisonjeiros ou secundários. Peneff (1979, p. 59) nos oferece um exemplo deste trabalho de crítica documental quando adverte: “Não se trata de rejeitar como sem interesse autobiografias de contramestres ou de comerciantes operários, mas é preciso considerá-las como casos bastante excepcionais de saída da classe, com um itinerário muitas vezes singular, implicando um certo tipo de atitude *vis-à-vis* o meio de origem, a escola, o meio social de chegada. É portanto, completamente errado erigi-los em representantes da classe operária”.

Em se tratando de histórias de vida, são muitas as tarefas do pesquisador: alertar para os elementos de invenção, de aproximação ou de fantasia que ronda toda narrativa e, antes de pedir que acreditemos nos fatos relatados palavra por palavra, deve nos providenciar a chave que transforma o documento cru em uma fonte histórica, explicitando por que razões a plausibilidade é atribuída a uma parte da história de vida e não a outra. E mais: é muito importante elucidar os mitos presentes nas histórias de vida, antes que sua autenticidade possa ser apreciada: “esses mitos que nós todos podemos encontrar prontos para adaptar à nossa situação pessoal e interpretar nossos próprios passados” (Idem, p. 45).

Tentamos, aqui, apontar algumas das encruzilhadas, ardis e emboscadas a que estamos sujeitos ao trilharmos o rico caminho das trajetórias de vida. Sabemos que nem sempre é possível escapar de todos os perigos, mas acreditamos que estarmos conscientes de sua existência já é um passo nesta direção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 62/63, juin 1986.
- CALLIGARIS, C. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, v. II, n. 21, 1998.
- CATANI, M. Une question de sociologie comparée à propos de l'idéologie moderne: critique de l'acculturation à travers les histoires de vie sociale. *Atelier Histoires de Vies - Maison des Sciences de l'Homme*, Paris, 2-3 juin 1977.
- CHEVALIER, Y. La biographie et son usage en sociologie. *Revue Française de Science Politique*, v. 29, n.1, février 1979.
- GUARINELLO, Norberto, "Breve arqueologia da História Oral", *História Oral, revista da Associação Brasileira de História Oral*, no. 1, junho de 1998, p. 61-65.
- LEJEUNE, P. *Je Est un Autre*. Paris: Éditions du Seuil, 1980.
- _____. *Le Pacte Autobiographique*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.
- _____. *L'Autobiographie en France*. Paris: A. Colin, 1971.
- LEVI, G. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- PENEFF, J. Autobiographies de militants ouvriers, *Revue Française de Science Politique*, v. 29, n.1, février 1979.
- _____. Myths in life stories. In: SAMUEL, Raphael & THOMPSON, Paul (orgs.). *The Myths we Live By*. Londres/Nova York: Routledge, 1990.
- POIRIER, J.; CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBAUT, P. *Les Récits de Vie - théorie et pratique*. Paris: Presses Universitaires de France, 3ème edition, 1993.
- QUEIROZ, M. I. P. de. Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'. In: SIMSON, O. de M von (org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RIOUX, Jean -Pierre, L'Histoire et les récits de vie. *Revue des Sciences Humaines*. Tome LXII, no. 191, juillet-septembre, 1983, p. 25-32.
- ROSENTHAL, G. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas conseqüências metodológicas. In: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

(Recebido para publicação em julho de 1999)